

Câmara Municipal de Ibititá

Projetos de Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITÁ
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ Nº 13.715.057/0001-19

PROJETO DE LEI Nº. 017, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

APROVADO

EM: 23 / 05 / 2025

[Assinatura] [Assinatura]
PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO

“Dispõe sobre medidas de combate à dengue e outras arboviroses transmitidas por vetores no Município de Ibititá e dá outras providências”.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBITITÁ, ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Ibititá, a obrigatoriedade de limpeza, manutenção e vigilância de terrenos, quintais, lotes vagos, áreas públicas e privadas, a fim de prevenir a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e outros vetores transmissores de doenças como dengue, zika e chikungunya.

CAPÍTULO I DAS OBRIGAÇÕES

Art. 2º São obrigações dos proprietários, possuidores ou responsáveis por imóveis:

I - manter os imóveis limpos, sem acúmulo de água parada, lixo, entulhos ou objetos que possam servir de criadouro para vetores;

II - permitir o acesso de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) devidamente identificados, para fins de inspeção, orientação e controle;

III - adotar as medidas indicadas em relatórios e notificações dos agentes de saúde no prazo determinado.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO

Art. 3º Compete à Prefeitura Municipal de Ibititá:

I - realizar a limpeza periódica de terrenos públicos e áreas comuns;

II - desenvolver campanhas educativas contínuas, especialmente em períodos chuvosos;

III - disponibilizar canais de denúncia acessíveis à população para reportar terrenos abandonados ou em estado de risco sanitário;

IV - criar um cadastro de imóveis reincidentes e manter registro das notificações e penalidades aplicadas.

Câmara Municipal de Ibititá



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITÁ
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ Nº 13.715.057/0001-19

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 4º A fiscalização será exercida pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), sob supervisão da Secretaria Municipal de Saúde.

§1º Na primeira vistoria, constatada irregularidade, o responsável pelo imóvel será notificado, com prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização.

§2º A não regularização implicará em nova vistoria em até 3 (três) dias úteis após o término do prazo.

§3º Persistindo a irregularidade, o agente notificará a Vigilância Sanitária e Epidemiológica para aplicação das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 5º O descumprimento das obrigações previstas nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - **advertência por escrito**, na primeira infração;

II - **multa de R\$ 200,00 (duzentos reais)**, em caso de não cumprimento da advertência no prazo estipulado;

III - **multa em dobro** no caso de reincidência dentro de um período de 6 (seis) meses;

IV - **realização da limpeza pelo poder público**, com posterior cobrança do serviço acrescida de 30% (trinta por cento) de taxa administrativa sobre o valor gasto.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas serão destinados a ações educativas e de combate ao *Aedes aegypti* no município.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde regulamentará, por decreto, os procedimentos operacionais, formulários e critérios técnicos para aplicação desta lei no prazo de 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ibititá



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITITÁ
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ Nº 13.715.057/0001-19

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBITITÁ, ESTADO DA BAHIA, EM
28 DE ABRIL DE 2025.


AFONSO FERREIRA MENDONÇA
Prefeito Municipal